

## Marx: um democrata jacobino?

Thamy Pogrebinski<sup>1</sup>

Um mito parece cercar a relação de Marx com o jacobinismo. Mito, por algumas razões. Primeiro, evidentemente, como se sucede em relação a qualquer mito, porque consiste em assunto jamais explorado de forma suficiente a indicar com precisão suas feições. E daqui decorrem as outras razões. O desconhecimento de causa suscita as mais diversas interpretações – para não dizer acusações – acerca da relação de Marx com o jacobinismo. E, como toda interpretação, cada qual depende do ângulo daquele que a faz. Uma vez que o sentido do jacobinismo em si, e particularmente o significado do Terror, é objeto de dúvida e interpretações controversas, parece natural que a relação de Marx com o jacobinismo se constitua também em objeto de incerteza.

Não pretendo, nas páginas que se seguem, me voltar ao estudo das relações teóricas entre Marx e o jacobinismo. Reconheço que este é um plano de pesquisa à parte, que não posso adentrar neste artigo sob pena de fugir de seu escopo. Mas acredito que me cabe, dada a exploração que venho fazendo alhures sobre o tema da democracia em Marx, precisar em que medida esta se relaciona ou não com o jacobinismo.<sup>2</sup> É aqui que os mitos – ou pelo menos alguns deles – entram em cena. Há intérpretes que vinculam Marx ao jacobinismo a fim de explicar como dele se beneficia o caráter radicalmente democrático do conceito de verdadeira democracia, para não dizer o caráter radicalmente democrático da concepção de Marx sobre o político. É com esta tendência que eu me alinho, muito embora seja possível precisar, como farei a seguir, diferenças pontuais entre Marx e alguns dos principais expoentes do jacobinismo, em particular Robespierre. No entanto, há intérpretes que associam Marx ao jacobinismo a fim de explicar um suposto caráter totalitário – ou totalizante – de sua concepção da política e, particularmente, da democracia. Os advogados da ‘democracia totalitária’ vinculam jacobinismo à ditadura e esta à democracia. Naturalmente, desembocamos aqui em interpretações sobre a idéia de ditadura do proletariado, seja para insistir em seu caráter democrático, seja para insistir que no pensamento de Marx a democracia apenas existe em uma forma ditatorial. Infelizmente, quando se trata de perquirir

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

<sup>2</sup> Cf. Pogrebinski, Thamy. “O Enigma da Democracia em Marx”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 63, fevereiro de 2007; Pogrebinski, Thamy. “Jovem Marx, Nova Teoria Política”. *Dados -Revista de Ciências Sociais*, Vol. 49, nº 3, 2006. Pogrebinski, Thamy. O Enigma do Político. Marx contra a Política Moderna. Tese de Doutorado. IUPERJ, 2007.

as relações de Marx com o jacobinismo, há mais comentadores dispostos a se filiar a esta segunda vertente do que à primeira (Hunt, 1974 e 1984; Talmon, 1960a e 1960b; Avineri, 1968).

O estudo da relação teórica entre Marx e o líder dos jacobinos, Robespierre, no âmbito da história do pensamento ou da historiografia política, assume a forma de uma leitura da continuidade necessária entre 1789 e 1848, entre França e Rússia ou, mais especificamente, entre bolchevismo e jacobinismo. Ao lado desta visão que busca uma aproximação, há aquela que se centra sob uma suposta contradição: a despeito da Revolução ser encarada como um fenômeno histórico homogêneo, o Terror é visto ainda por alguns interlocutores da crítica marxista como instrumento de realização do liberalismo e dos interesses da burguesia.

Robespierre confundia antiguidade e modernidade, afirmou certa vez Marx. Conforme argumentarei no próximo capítulo, de acordo com Marx, o líder dos jacobinos acreditava ter encontrado nos direitos humanos característicos da sociedade moderna uma democracia no estilo clássico. Com efeito, as alusões à Grécia e à Roma feitas por Robespierre em seus discursos na Assembléia Nacional Francesa são constantes. No mundo moderno, a cidadania não era mais coextensiva à liberdade, mas os jacobinos, com o Terror, pareciam não aceitar isso. Os jacobinos supostamente confundiam a França do século XVII com a Roma antiga, o que, para alguns, era suficiente para fazer de sua ideologia um anacronismo (Furet, 1988a: 21-22).

O jacobinismo, ou ainda o robespierrismo, consistiria, assim, aos olhos de Marx, na verdadeira realidade da Revolução, uma vez que representaria em sua mais completa forma a ilusão da prioridade do político sobre o social (Furet e Calvié, 1988: 15). A despeito de o Terror se justificar pela necessidade da burguesia de realizar a sua revolução, Marx, como se sabe, via no evento Revolução Francesa uma dialética entre o Estado e a sociedade civil, na medida em que a emancipação política levada a cabo pela burguesia revolucionária francesa teria implicado na alienação da sociedade civil em relação à política.

Lukács é um dos poucos marxistas que vê com bons olhos o jacobinismo de Marx. De acordo com ele, este traço característico se faz claro no jovem Marx, sobretudo durante o período que o mesmo passou à frente da *Gazeta Renana*, entre 1842 e 1843: “durante sua breve passagem pela direção da *Gazeta Renana*, Marx realiza no plano teórico a evolução que o jacobinismo francês conheceu na prática, cinquenta anos mais cedo” (Lukács, 2002: 41). Os textos que Marx escreve para aquele jornal durante tal período indicariam, assim, segundo Lukács, um tratamento de todos os problemas sob a perspectiva de “um democrata radical, um jacobino”. Um jacobino, por sua vez, que “substitui as idéias de ‘contrato social’ por uma

dialética revolucionária consciente, um jacobino contemporâneo de lutas de classe desenvolvidas em escala internacional de um modo que não acontecia durante a Revolução Francesa, e a partir das quais o proletariado começa a se apropriar da ideologia socialista” (Lukács, 2002: 37). Lukács acredita que Marx percorre um caminho teórico que, indo de Marat à Babeuf, e atinge “o último grau de radicalidade possível no quadro do democratismo jacobino” (Lukács, 2002: 61).

Com efeito, se o democratismo jacobino de Marx o tornava um “jacobino radical em política”, conforme sustentava Lukács, é possível identificar pelo menos três ordens de fatores que explicam simultaneamente a aproximação e o afastamento de Marx em relação ao jacobinismo no que tange à democracia. É importante notar, todavia, que tais movimentos identificáveis na obra de Marx se dão mais por conta de seu estudo da história da Revolução Francesa, ou seja, pela mão de historiadores que se ocuparam desse evento, do que pelo estudo direto que Marx fizera dos escritos de Robespierre e seus seguidores. Vale dizer, os passos e recuos relativos ao jacobinismo surgem em Marx mais como um resultado de uma análise acerca de sua prática (e, conseqüentemente, de suas conseqüências) do que das idéias e pensamentos escritos para lhe servir de suporte. Assim, as três ordens de fatores que nos importa identificar aqui são:

1) Uma suposta relação indevida entre o político e o social que Marx atribuiria ao jacobinismo. Com efeito, Marx percebe como uma falha na estratégia jacobina certa aceleração do tempo da revolução que teria precipitado a busca pela realização de uma ordem política nova sem que se esperasse pela realização das condições sociais e econômicas necessárias a ela;

2) Um suposto e exagerado apreço pela antiguidade, sobretudo por parte de Robespierre, teria acarretado uma outra falha na estratégia democrática jacobina, esta motivada pela tentativa de transpor para os tempos modernos medidas características do mundo clássico. Com efeito, de acordo com Marx, conforme já argumentei dantes, a superação do paradoxo da modernidade política não pode se dar simplesmente por meio de uma transplantação saudosista de um mundo ainda não tão marcado pelos dualismos que se busca combater;

3) Uma suposta passagem de um apreço ao republicanismo a um falso apreço pelo Estado, mesmo que apenas em sua forma republicana. A despeito da discussão se os fins do Terror justificariam seus meios, a práxis jacobina teria solapado sua teoria pelo menos no que tange a algumas de suas conseqüências, entre elas a de reforçar o Estado por meio de uma centralização que por si só já não condizia ao ideal republicano que aparentemente a orientava.

Quanto ao primeiro ponto, a relação entre o político e o social, há na verdade duas questões em jogo. Uma é a suposta acusação que alguns intérpretes fazem de que Marx via no jacobinismo uma totalização do princípio político que se sobreporia ao social. Esta leitura autoriza tanto aqueles que se contentam em simplesmente identificar isso como uma crítica de Marx ao jacobinismo, como aqueles que identificam nisso uma vinculação de ambos, a qual levaria Marx a advogar uma democracia totalitária ou um princípio totalizante do político. Em minha opinião, esta é uma falsa questão de modo que ambas as leituras que dela derivam estão equivocadas. Já a segunda questão procede enquanto questão e diz respeito ao fato específico de Marx ter percebido na estratégia jacobina uma falha em acelerar o tempo da revolução buscando implantar um projeto radical de democracia sem esperar a consumação de determinadas condições sociais e econômicas a ela necessárias.

Um texto frequentemente referido nas leituras que tratam desta primeira questão – e das relações entre Marx e o jacobinismo em geral – é o pequeno porém prolífico artigo de 1844 intitulado “Notas Críticas ao Artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social. Por um Prussiano’”, no qual se lê:

“Quanto mais poderoso um Estado e conseqüentemente quanto *mais política* uma nação, menos inclinado ele está para explicar o princípio *geral* que governa os males *sociais* e para desvendar suas causas olhando para o *princípio do Estado* – i.e., a *organização real da sociedade* da qual o Estado é a expressão oficial, ativa e autoconsciente. Entendimento *político* é apenas entendimento *político* porque seu pensamento não transcende os limites da política. Quanto mais aguçado e vigoroso ele é, mais incapaz é de compreender problemas sociais. O período *clássico* da razão política é a *Revolução Francesa*. Longe de identificar o princípio do Estado como a causa dos males sociais, os heróis da Revolução Francesa tomaram os males sociais como a fonte dos problemas políticos. Assim Robespierre viu a extrema riqueza e a extrema pobreza como um obstáculo para a *democracia pura*. Ele então queria estabelecer um sistema universal de frugalidade *espartana*. O princípio da política é a *vontade*. Quanto mais unilateral – i.e., quanto mais autoritativo é o entendimento político, mais completamente ele coloca fé na *onipotência* da vontade, mais cego ele é em relação às *limitações naturais* e espirituais da vontade, mais incapaz ele se torna de descobrir a fonte real dos males da sociedade.” (1844: 412-413)

O Estado não é a solução para as contradições sociais, mas, ao contrário, é o seu prolongamento. Da mesma forma que do trecho acima se pode aferir o risco da totalização do social sobre o político, pode se deduzir o risco da ampliação do social solapar o político, fazendo deste uma mera conseqüência daquele. Não acho que o jacobinismo incorria em nenhum desses riscos e tampouco acho que Marx o fazia. Ao contrário, este trecho indica precisamente o sentido do político que se pode encontrar em Marx. Um sentido autônomo,

mas que pressupõe em si o social, sem fazer dele nem apenas uma causa e nem apenas um efeito, mas uma parte componente e constitutiva. Acredito, ainda, que a experiência jacobina, bem como a teorização jacobina neste particular (vide, por exemplo, os escritos de Babeuf sobre a igualdade), serve justamente para reforçar em Marx este sentido do político que eu identifico como tal, buscando afastá-lo da política moderna (“entendimento *político* é apenas entendimento *político* porque seu pensamento não transcende os limites da política”). O político como adjetivo, afinal, a ‘política’, não é nada mais do que o reino da vontade, da autoridade cega ao papel do social. O risco que os jacobinos incorriam, este sim, era o de identificar política com vontade e assim sacrificar a liberdade. Mas um dos grandes benefícios que assumir este risco gerou foi o de mostrar a Marx e ao mundo que a relação entre o político e o social deve ser uma relação de equivalência.

Resta aqui a questão se de fato os jacobinos teriam incorrido no erro que Marx por tantas vezes alertou seus pares, qual seja o de se antecipar a revolução. As condições da revolução não podem ser criadas; elas precisam ser dadas pela realidade. Não é possível precipitar o processo revolucionário, muito embora seu tempo possa ser acelerado. As revoluções até 1848, por exemplo, somente poderiam ser revoluções burguesas porque o proletariado ainda não estava constituído como sujeito revolucionário, isto é, não tinha ainda adquirido total consciência de sua identidade como classe unicamente responsável pelo fim de sua alienação e pela realização de sua própria emancipação. O problema dos jacobinos, assim, teria sido o de em alguma medida tentar precipitar o tempo da revolução, aplicando-lhe as medidas políticas necessárias, sem que, no entanto, as condições sócio-econômicas já estivessem consolidadas. Isso explicaria a sua derrota e a conseqüente vitória do Thermidor.

Há um belo texto de 1846, assinado por Engels e lido por ele em um evento cartista na Inglaterra em seu nome e no de Marx, que traduz a certeza de que não apenas a relação entre o político e o social no jacobinismo é de equilíbrio, como também afirma a necessidade de conjugar-se o social e o político dentro de um entendimento político que não é em nada totalizante, embora seja autônomo. Neste texto intitulado “O Festival das Nações em Londres”, lê-se:

“Quando os ingleses, os franceses e os alemães que tomam parte em um movimento prático, mas não são hoje teóricos, falam sobre democracia e fraternização das nações, isto não deve ser entendido simplesmente em um sentido político. Tais fantasias ainda existem apenas entre os teóricos alemães e alguns estrangeiros que não contam. Na realidade, estas palavras agora têm um significado social no qual o significado político é dissolvido. A revolução foi ela mesma algo bastante diferente do que uma luta por esta ou aquela forma de

Estado, como as pessoas na Alemanha ainda frequentemente imaginam que foi. A conexão da maior parte das insurreições daquele tempo com a penúria, o significado que a provisão de capital e a distribuição de suprimentos assumiram a partir de 1789 em diante, o máximo, as leis contra o saldo de suprimentos alimentícios, o grito de batalha dos exércitos revolucionários – “*Guerre aux palais, paix aux chaumières*” – o testemunho de Carmagnole de acordo com o qual os republicanos devem ter *du pain* assim como *du fer* e *du Coeur* – e uma centena de outras superficialidades óbvias, já prova, sem maiores investigações detalhadas dos fatos, o quanto a democracia diferia naquele tempo de uma mera organização política. Assim como se sabe bem que a Constituição de 1793 e o Terror se originaram do partido que derivou seu apoio do proletariado insurgente, que a derrubada de Robespierre significou a vitória da burguesia sobre o proletariado, que a conspiração de Babeuf pela igualdade revelou as conseqüências finais da democracia de '93 – na medida em que isto era de algum modo possível naquele tempo. A Revolução Francesa foi um movimento social do começo ao fim, e após ela uma democracia puramente política se tornou um absurdo completo.” (1846: 3)

Mais uma vez, temos uma mostra de como o sentido social da democracia – que não pode ser compreendido separadamente de seu sentido político – foi um aprendizado que Marx e Engels tiveram com os jacobinos. Para Marx, não há de se pensar em revolução sem combinar seus sentidos social e político. Ou seja, uma revolução é um ato a um só tempo político e social, o qual não pode ser entendido senão sob estes dois registros. A Revolução Francesa, particularmente seu momento jacobino, seria disso uma prova. O trecho acima serve ainda para separar o sentido do ‘político’ como adjetivo do ‘político’ como substantivo, afastando este termo da idéia de Estado, e assim aproximando-o da atividade humana, esta a verdadeira responsável por conferir-lhe sentido. É assim que entender a democracia como algo ‘puramente político’ após a Revolução Francesa teria se tornado um absurdo.

Passo agora ao segundo ponto. Teria sido o suposto apreço desmedido de Robespierre pelo mundo antigo de fato responsável por acarretar uma falha estratégica na implantação da democracia jacobina ao tentar transpor para a modernidade medidas típicas da antiguidade clássica? *A Sagrada Família* e sua “batalha crítica contra a Revolução Francesa” é uma obra plena de respostas para tal questão:

“Robespierre, Saint-Just e seu partido foram derrotados porque confundiram a antiga e realística *comunidade democrática* baseada na *escravidão real* com o moderno Estado representativo espiritualista-democrático, o qual se baseia na escravidão emancipada, a sociedade burguesa. Que enorme ilusão: ser obrigado a reconhecer e a sancionar nos *direitos do homem* a sociedade burguesa moderna, a sociedade da indústria, da concorrência geral, dos interesses privados que busca livremente seus fins, a sociedade da anarquia, do individualismo natural e espiritual alienado dele mesmo, e querer, ao mesmo tempo, aniquilar após o golpe de certos indivíduos as manifestações vitais desta sociedade, pretendendo modelar à *antiga* a *testa política* desta

sociedade! Esta ilusão se mostra trágica quando Saint-Just, no dia de sua execução, apontou para uma grande tábua dos *Direitos Humanos* pendurada no hall da *Conciergerie* e disse com uma dignidade orgulhosa: “*C’est pourtant moi qui ai fait cela*”. É precisamente esta tábua que proclama o *direito* de um *homem* que não pode ser o homem da comunidade antiga mais do que suas condições *econômicas e industriais* não são aqueles dos tempos antigos.” (1845: 561)

Vê-se que os jacobinos também se deixaram enganar por ilusões que apenas falsificam o ‘*Aufhebung*’ entre o Estado e a sociedade civil ao invés de verdadeiramente promovê-lo. Enquanto a Revolução Francesa teria consolidado a separação definitiva entre Estado e sociedade civil, os jacobinos agiam como se tal separação efetivamente não existisse, deixando de perceber as diferenças inegavelmente aprofundadas que existiam naquele tempo entre as esferas civil e política. Assim, não teriam percebido que sua estratégia deveria ser justamente a de não apenas levar em conta essa separação, como levar este dualismo ao extremo de modo a superá-lo, ou seja, promover o ‘*Aufhebung*’. Sem o rompimento propiciado pelo ‘*Aufhebung*’ o verdadeiro desvanecimento do Estado, não seria possível implantar uma nova sociedade, isto é, uma nova ordem social e política. Era preciso já naquele momento encontrar uma nova forma política, um novo arranjo social que consistisse na síntese daquele dualismo, na unificação daqueles opostos que por meio da superação de seu próprio antagonismo se anulam mutuamente. Era preciso construir uma comunidade real, mas a construção desta apenas poderia ser um processo concomitante ao desvanecimento do Estado e da sociedade civil. Sem isso acontecer, o Estado moderno apenas recrudescer, ganhou sua feição definitiva, e novas ilusões foram criadas a fim de enganar os ‘jacobinos’ dos novos tempos.

É no contexto desta leitura que comentadores como Avineri entendem que o terror jacobino consistiu em uma tentativa de o Estado, já definitivamente separado da sociedade, tentar se re-impor sobre ela. Conforme ele diz, os jacobinos “tentam superar o antagonismo entre o Estado e a sociedade civil pela força, e a falência de tal tentativa é iminente: a dicotomia entre Estado e sociedade civil não pode ser superada pela politização da sociedade civil mas apenas através de uma síntese do particularismo e do universalismo”. (Avineri, 1968: 189). Avineri não está de todo errado, sobretudo em sua conclusão. O *Aufhebung* necessariamente envolve o desvanecimento concomitante do Estado e da sociedade civil, não há a abolição de um sem o fim de outro, trata-se de um movimento duplo e único. É isso que os jacobinos supostamente não teriam entendido, portanto, e esse seria o significado do terror: a re-unificação do Estado e da sociedade civil não poderia se dar através de uma re-imposição daquele nesta. A re-unificação do Estado e da sociedade civil apenas é possível quando não há

mais Estado e nem sociedade civil. E isto só é possível em uma outra forma política, que abole, em um duplo movimento de diferenciação e des-diferenciação, tanto o Estado como a sociedade civil.<sup>3</sup> Mas é simplificadora a leitura de Avineri ao afirmar, a partir disso, que Marx acreditava que os jacobinos estariam equivocados. Não se trata de uma inconsistência teórica, mas simplesmente da ausência prática de determinadas condições materiais que, não existindo, não deveriam ser impostas pela força nem tampouco criadas artificialmente. A interpretação geral de Avineri acerca da relação entre Marx e o jacobinismo é não apenas simplificadora como também é reducionista. Ao expor seus argumentos – de uma maneira geral não convincentes e pouco fundamentados – Avineri reduz o fenômeno jacobino ao evento do Terror (o qual, por sinal, ele também interpreta de forma enviesada). Ora, o jacobinismo não se resume – e não se esgota – no Terror.

Agora é possível compreender a suposta confusão entre antiguidade e modernidade que Marx atribuiria aos jacobinos. Os jacobinos teriam tentado implantar nos tempos modernos uma estratégia que havia sido bem sucedida na antiguidade justamente porque naquele tempo não havia ainda a separação entre Estado e sociedade civil. Na Grécia ou na Roma antigas, o político podia ser uma substância que englobasse em si todas as outras esferas, identificando-se com elas por meio de um processo de subsunção, justamente porque ele não era diferenciado em relação às suas partes componentes. Não havendo na antiguidade clássica separação entre o social e o político, entre o Estado e a sociedade civil, era possível se falar em uma ordem política unívoca que era a um só tempo social e política. Mas com o advento do Estado moderno tem-se justamente sua abstração, sua separação em relação à sociedade civil que deveria servir-lhe de base. A irrupção da Revolução Francesa, que precede imediatamente o momento jacobino, surge como marco definitivo e inexorável desta separação. A modernidade política aprofunda-se e ganha uma forma aparentemente irreversível. É contra ela, afinal, que Marx quer lutar ao criticar o Estado que lhe serve de base. Os jacobinos supostamente não teriam percebido que não bastava negar aquela sociedade civil jogando o Estado contra ela ou vice-versa. Era preciso abolir a ambos.

O terceiro e último ponto diz respeito à suposta passagem de um apreço ao republicanismo a um falso apreço pela forma republicana de Estado. A despeito da discussão se nem uma nem outra coisa pode ou não ser atribuída ao jacobinismo, esta questão não pode ser usada para afirmar que o apreço de Marx pelo jacobinismo o conduziria a um apreço ao

---

<sup>3</sup> Ver, a respeito, o primeiro capítulo de Pogrebinski, Thamy. O Enigma do Político. Marx contra a Política Moderna. Tese de Doutorado. IUPERJ, 2007.



republicanismo. Isso não procede, na medida em que a república é uma forma de Estado. E, como com qualquer forma de Estado, a verdadeira democracia a ela se opõe.

Uma das estratégias teóricas de Marx para definir a verdadeira democracia é colocá-la em oposição à república. Marx identifica a república com uma ‘forma política’ que possui arranjos políticos democráticos como, por exemplo, a eleição dos poderes executivo e legislativo, isto é, uma forma de governo democrática, que, no entanto, não consiste em nada mais do que uma democracia formal. Isso porque os arranjos políticos que definem a república não se fariam sentir dentro da sociedade civil, vale dizer não permeariam a materialidade da esfera sócio-econômica da vida.

“A luta entre a monarquia e a república é ela mesma uma luta dentro dos limites da forma abstrata de Estado. A república política [isto é, a república meramente como constituição política] é uma democracia dentro da forma abstrata de Estado. Consequentemente, a forma estatal abstrata de democracia é a república.” (1843: 89)<sup>4</sup>

A república é apenas uma forma particular do Estado, assim como é a monarquia. Trata-se apenas de uma forma abstrata de Estado, umas das formas que ele pode assumir na modernidade. Uma república pode evidentemente ser democrática, mas a democracia em questão não seria a verdadeira democracia de Marx. Esta não comporta nenhuma ‘constituição política’, nenhuma forma de Estado – tampouco a ‘forma particular’ ou a ‘forma abstrata’ da república. Não são os ‘procedimentos democráticos’, ou seja, o caráter democrático dos arranjos políticos, o que tornam verdadeira uma democracia. Estes, afinal, são ilusórios e apenas alimentariam uma democracia formal, um formalismo político que se opõe diretamente à verdadeira democracia.

“Todo o conteúdo do direito e do Estado é, com pequenas modificações, o mesmo na América do Norte e na Prússia. Lá a república é meramente uma forma de Estado, assim como a monarquia é aqui. O conteúdo do Estado reside fora destas constituições.” (1843: 89)

Não importa se o Estado em questão seja a Prússia ou os Estados Unidos; não importa se a forma particular ou abstrata que este Estado assuma seja a monarquia ou república: em nenhuma destas circunstâncias se encontra a verdadeira democracia, pois seu lugar não é e não pode ser o Estado. O conteúdo, a substância, da qual o Estado é apenas uma forma, se encontra, afinal, fora destas constituições. A verdadeira democracia é uma antítese de todas as

---

<sup>4</sup> A observação entre colchetes é minha.

formas de Estado, incluindo a república. Não se trata, portanto, de vindicar a alteração da forma de Estado, tampouco de reformar o Estado internamente; trata-se, sim, de questionar exatamente a natureza do Estado, a sua essência – e em verificando sua impertinência, trata-se de postular outras formas políticas não estatais.

Mais uma vez, o que está em jogo não é apoderar-se do Estado para colocá-lo a serviço do povo e assim realizar seja a república ou a democracia. Esta é a maior das ilusões a que estamos sujeitos na modernidade política. De acordo com alguns intérpretes, como é o caso de Abensour, “o jacobinismo não escapa à ironia da história: revolução pelo Estado, ele contribui involuntariamente para aumentar e aperfeiçoar o poder do Estado moderno” (Abensour, 1998: 116). Apesar novamente das supostas contradições internas do jacobinismo, o que tenho como verdadeiro é que, seja o seu apreço pela república, seja a dependência desta a uma forma estatal, ambas as suposições não são suficientes para, mediante uma aproximação de Marx ao jacobinismo, sustentar que sua concepção de democracia deva assumir uma forma republicana, já que esta é sempre e necessariamente uma forma estatal.

## Referências Bibliográficas:

- ABENSOUR, Miguel. (1997) [1998], *A Democracia contra o Estado. Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- AVINERI, Shlomo. (1968). *The Social and Political Thought of Karl Marx*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ENGELS, Friedrich. (1845). “The Festival of Nations in London”. In: MECW 6.
- FURET, François e CALVIÉ, Lucien. (1988) *Marx and the French Revolution*. University of Chicago Press, Chicago.
- FURET, François. (1988a). *The Young Marx and the French Revolution*. In: Furet, François e CALVIÉ, Lucien. *Marx and the French Revolution*. Chicago, University of Chicago Press.
- HUNT, Richard N. (1974), *The Political Ideas of Marx and Engels. I: Marxism and Totalitarian Democracy 1818-1850*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- \_\_\_\_\_. (1984), *The Political Ideas of Marx and Engels. II: Classical Marxism 1850-1895*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- LUKÁCS, Györky. (2002). *Le Jeune Marx. Son évolution philosophique de 1840 à 1844*. Paris: Les Éditions de la Passion.
- MARX, Karl. (1843) [1992]. *Critique of Hegel’s Doctrine of the State*. In: Karl Marx: Early Writings. London: Penguin Books.
- \_\_\_\_\_. (1844) [1992]. “Notas Críticas ao Artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social. Por um Prussiano’” In: Karl Marx: Early Writings. London: Penguin Books.
- \_\_\_\_\_. (1845) [1982]. *La Sainte Famille*. In: *Oeuvres*, Bibliothèque de la Pléiade, Éditions Gallimard, Paris, vol III: *Philosophie*.
- POGREBINSCHI, Thamy (2007). *O Enigma do Político. Marx contra a Política Moderna*. Tese de Doutorado. IUPERJ, 2007.
- \_\_\_\_\_. (2007a). “O Enigma da Democracia em Marx”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 63, fevereiro de 2007;
- \_\_\_\_\_. (2006). “Jovem Marx, Nova Teoria Política”. *Dados -Revista de Ciências Sociais*, Vol. 49, nº 3, 2006.
- ROBESPIERRE, Maximilien de. (1793) [1999], *Discursos e Relatórios na Convenção*. Rio de Janeiro, Contraponto Editora.
- TALMON, J. L. (1960). *The Origins of Totalitarian Democracy*. New York, Frederick A. Praeger.